

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

2ª

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas dez horas, no largo dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes, trinta e sete membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, António de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, Carlos Alberto Sousa Reis, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho em substituição do Senhor António Cândido Batista Cordeiro, Presidente da Junta de União de Freguesias de Remondes e Soutelo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Francisco Manuel Fernandes, Américo Rodrigues, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- Foram justificadas as faltas dos deputados municipais que não estiveram presentes. -----

----- Pelas dez horas, nos Paços do Concelho, deu-se início às “Comemorações do Dia 25 de abril do ano de 2014”, com o hastear da Bandeira Nacional, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara Municipal. A Banda Filarmónica da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro tocou o Hino Nacional. Em cortejo, acompanhados pela Banda Filarmónica,

seguiram os membros da Assembleia e convidados para a cerimónia que decorreu no auditório da Casa da Cultura, onde se deu início à sessão extraordinária, com a seguinte Ordem Do Dia: -----

Ponto único: Sessão Solene Comemorativa do 40.º Aniversário do 25 de Abril. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA usou da palavra e disse: “Começo por cumprimentar todos os presentes que conosco compartilham esta cerimónia dos 40 anos do 25 de Abril. Para nós Assembleia Municipal é uma honra e um privilégio, participar neste evento. Espero que no final saíamos mais orgulhosos por contribuímos para a melhoria da democracia representativa e coesão do poder local. Depois de hasteada a Bandeira Nacional com a dignidade que nos é reconhecida, o grupo de teatro Aceitta, vai promover uma atividade designada “Leitura encenada - TERRA MATER. O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e de acordo com a deliberação tomada pela mesa e em consonância com os líderes parlamentares, as declarações que se seguem, são da responsabilidade dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal, pelo, que vai usar da palavra em representação dos presidentes de junta pelo Partido Socialista, o Senhor Presidente do Agrupamento de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei”. -----

- ▶ **JOSÉ ANTÓNIO FREITAS** usou da palavra e disse, cumprimentando todos os presentes e iniciando o seu discurso: -----
“Hoje estamos a comemorar os 40 anos de um acontecimento que ficará marcado na História de Portugal e na memória dos portugueses que, outrora, viveram num regime caduco que sacrificou, um conjunto de valores que sustentam as nossas convicções mais profundas. Hoje lembramos todos aqueles que construíram a Democracia e a Liberdade depois de décadas de opressão e ditadura. A expressão “25 de Abril” ficou inscrita no coração de todos os portugueses, um dos mais belos sinónimos da noção de LIBERDADE. Mas o que é, afinal, a LIBERDADE? -----
Em que consiste, de facto, o seu significado mais profundo? -----
A LIBERDADE, como todos sabemos, constitui um pilar essencial da Democracia. Os valores fundamentais da Democracia são os que se referem aos direitos individuais à vida, liberdade e propriedade; ao respeito pelo bem comum, à igualdade de oportunidades, à equidade na justiça e à qualidade de vida. Hoje, em Portugal, vivemos em Democracia e em Liberdade, porque um punhado de militares, no dia 25 de Abril de 1974, libertou o nosso país da mordalha da Ditadura, restituindo aos portugueses o sonho de um futuro mais solidário. Neste dia, tudo recomeçou. O 25 de Abril abriu as portas a uma

profunda mudança. Implementou-se a democracia. Estabeleceu-se o regime de direitos, liberdades e garantias. Criou-se o direito à educação e à saúde, promoveu-se a igualdade, combateu-se o isolamento do país e consagrou-se o direito de participação em associações e em partidos. Contudo, neste exercício legítimo da liberdade, deve também estar presente a noção de responsabilidade. Cada um de nós tem de assumir a responsabilidade daquilo que diz e daquilo que faz em nome da liberdade. E deve respeitar o próximo da mesma forma que exige respeito para si próprio, porque a liberdade, como bem sabemos, não nasce connosco, conquista-se! Em 25 de Abril de 1974 os portugueses souberam conquistá-la, após anos e anos de luta, de resistência e fé, de lágrimas e esperança. Nós, os que tivemos o privilégio de viver uma parte das nossas vidas em liberdade e aqueles, os mais jovens que nasceram no seio dela, somos todos os fiéis depositários dessa herança e cabe-nos o papel de a defender até às últimas consequências e de contribuir diariamente para o seu aperfeiçoamento. Acredito com convicção num futuro positivo. Penso assim, desde logo, por causa da qualidade das pessoas com quem lido. A recessão económica, o desemprego, a austeridade não podem ser consideradas uma fatalidade. Poderá não passar de uma profissão de fé, mas é essencial que, para ultrapassarmos as dificuldades de que poderemos e saberemos vencer a crise. Portugal tem uma história de feitos únicos e inspiradoras vitórias, onde o Pacífico e o Atlântico se cruzam. E, finalmente, porque não há alternativa, cabe-nos a cada um de nós construir o mundo em que queremos viver. Do medo, temos que fazer coragem. Do desespero temos que fazer nascer a esperança. Do pouco temos que construir muito. O futuro só se ganha de uma forma: CONSTRUINDO-O! Viva o 25 de Abril. Viva a liberdade. Viva Mogadouro”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Em representação dos presidentes de junta do Partido Social Democrata, era suposto usar da palavra o Sr. Presidente do Agrupamento de Freguesias de Remondes e Soutelo, António Cândido Batista Cordeiro mas, que por motivos do falecimento do seu irmão ocorrido dia 24 de abril, delegou na secretária Conceição Fernanda Marcelo Meirinho”. -----

► **CONCEIÇÃO FERNANDA MARCELO MEIRINHOS** “É um prazer encontrar-me hoje aqui com todos vós para celebrar este grande dia da nossa história. O 25 de abril comemora hoje 40 anos, entra assim na alegria dos 40, e é com alegria que nós devemos festejar o seu aniversário, hoje e sempre. Eu não quero vir aqui falar das agruras do regime ditatorial, ou do quão pesados era a simples

existência nesses tempos duros. Também não falarei do processo de Revolução do 25 de abril, pois sobre esse dia falam melhor aqueles que o viveram. Eu tenho 31 anos, e para mim e para as pessoas da minha geração, a ditadura e a Revolução não foram algo vivido, foram algo lido. Nós já nascemos em liberdade, a liberdade foi para nós, desde sempre, um dado adquirido, uma dádiva que os bravos de abril conquistaram para nós. Por isso, e com conhecimento de causa, vou falar sobre a vivência atual da liberdade reclamada há 40 anos atrás. -----

Fazendo uma séria reflexão, devemos perguntar-nos se estamos a fazer um uso justo da liberdade que nos ofereceram. Todos nós nos defrontamos diariamente com diversas situações de abusos da liberdade de cada um, o conceito de liberdade está de tal forma sobre explorado que muitos o deturpam, confundindo “liberdade” com “libertinagem”, dirigindo para si a liberdade de tudo e privando os outros de ser livres para nada. Se “a nossa liberdade acaba onde começa a do outro”, é totalmente ilegítimo que uns se sintam livres ao ponto de vilipendiar a sociedade, de explorarem ao máximo e esgotarem por completo os recursos comuns, enquanto outros estão limitados no acesso aos bens mais básicos. Não foi isto que abril previu, não era este o legado da Revolução dos Cravos. Se não, pensemos naquilo que nos trouxe a liberdade e avaliemos até que ponto os seus preceitos se cumprem... -----

A liberdade trouxe-nos, acima de tudo o “Welfare State”, o tão aclamado Estado do Bem Estar Social, que garantia a todos os portugueses a igualdade de direitos na educação, na saúde, no acesso ao emprego, etc. Será que a nossa sociedade atual beneficia desse bem-estar social? Se concluirmos que não, então a liberdade de abril continua por concretizar. -----

Mas a liberdade trouxe-nos mais, trouxe-nos a Europa e o Mundo, integrou-nos na “Aldeia Global”, este conceito moderno de ser livre ao ponto de ter o mundo na ponta dos dedos. O acesso à sociedade globalizada, a integração do nosso país em diversas Organizações internacionais, e sobretudo na União Europeia, só nos foi possível após a democratização do nosso sistema de Governo, pois só as sociedades livres podem integrar a UE e partilhar a sua divisa de “igualdade na diversidade”. A Democracia é, assim, o maior logro da Revolução de abril e uma condição sine qua non ao exercício da Liberdade, pois, como sabemos, a Democracia e a Liberdade coexistem numa relação circular, em que a Democracia define a Liberdade, e a Liberdade define a Democracia. -----

Reconhecendo que a concretização dos objetivos da Revolução de abril só é possível se os Órgãos de Governo se mantiverem fiéis aos

ideais que a despoletaram, quero, em nome de todos os autarcas que aqui represento, apelar ao Executivo da Câmara Municipal de Mogadouro, enquanto órgão de Governo Local, que considere sempre os princípios basilares da gestão democrática e atente aos deveres de igualdade na repartição de recursos e no acesso a todos os apoios destinados às diferentes Juntas de Freguesia e a todos os cidadãos em geral, combatendo todas as formas de discriminação ou de favoritismo, tão avessas aos ideais de abril. -----

Concluída a minha breve reflexão, gostaria apenas de reiterar as palavras de celebração que aqui nos trazem: Que viva abril, que viva a Liberdade, que vivam as nossas aldeias e que viva Mogadouro! Muito obrigada!”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Em representação do Partido Socialista, vai usar da palavra, o presidente do grupo parlamentar, António de Jesus Cordeiro”. -----

► **ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO** usou da palavra e disse: “Estamos aqui reunidos para comemorarmos em Mogadouro mais um 25 de abril, o 25 de abril de 2014. O quadragésimo depois de 1974. -----

Não sou a pessoa mais indicada para relatar o que se passou no dia 25 de abril de 1974, o dia da revolução dos cravos, apesar de ser um acérrimo defensor do mesmo, pois nesse dia encontrava-me em Vila Flor a trabalhar. Tivemos conhecimento pela rádio e pela televisão, ainda a preto e branco de todo o desenvolvimento revolucionário. Mas, uma coisa é ver e outra, bem diferente, é ouvir. Tanto embora eu não o faça, entendo que é sempre bom recordar um dia que tanto impacto tem tido na vida do país e de todos. Pelo que de positivo teve, é necessário que sempre o recordemos, embora também tenha coisas negativas, tudo isso, deverá ser dito por quem conhece mais de perto a veracidade dos factos. Eu, a fazê-lo, poderia ter de inventar e assim, podia correr o risco de distorcer a realidade. Por isso nesse sentido é aconselhável ouvir os oradores e historiadores a nível nacional. Esses são em meu entender, os verdadeiros sabedores de como as coisas na realidade se passaram. -----

Passaram 40 anos desde a revolução dos cravos de 1974, data em que efusivamente o povo saiu à rua e com a proteção dos militares (capitães), conjuntamente, tomaram o poder, quase sem resistência do regime deposto, a ditadura. Sabemos agora, que os homens dos tanques de guerra, que se encontravam no palco das operações, se recusaram a cumprir ordens superiores anti-revolução. Também estes foram heróis da revolução. Se eles tivessem dado cumprimento às ordens recebidas, talvez o desfecho dos acontecimentos tivesse sido outro, bem diferente. Às vezes os verdadeiros heróis permanecem

durante muito tempo, ou sempre, no anonimato. São sempre os materiais escondidos nos alicerces que suportam as grandes construções. E porque somente agora, tivemos conhecimento desse facto, para eles o nosso louvor e um bem hajam. -----

A ditadura havia sido Instalada em Portugal pelo golpe militar de 28 de maio de 1926 chefiado pelo general Gomes da Costa, não confundir com o general Costa Gomes, secundado aquele pelo General Óscar de Fragoso Carmona, que do mesmo modo lhe seguiu as pisadas. Foi depois consolidada com a aprovação da Constituição da República de 1933. Esta constituição da autoria do então presidente do Conselho de Ministros, Dr. Oliveira Salazar, de índole presidencialista, anti partidária e corporativista, cerceou as liberdades democráticas e banuiu do país toda e qualquer atividade partidária visível, ao mesmo tempo que relegava para um plano de menor importância o órgão parlamentar, a Assembleia Nacional. -----

Foi em consequência dos reflexos negativos que esta Constituição, deliberadamente provocou, que o nome do Dr. Oliveira Salazar, ficou conhecido como o símbolo da ditadura que a história perpetuará. -----

Mas vejamos o que aconteceu para melhor percebermos: -----

Em 1935, já depois da estabilidade financeira do país, não nos esqueçamos que nessa altura se vivia um período de instabilidade financeira idêntico ao que também hoje se vive, pior ainda, nessa altura o dinheiro era só de papel e sem valor, o governo obteve da Assembleia Nacional, autorização para legislar, competência que deveria continuar ser da Assembleia Nacional. Como hoje é da A. da República. É necessário estar com muita atenção nestas ocasiões pois são ocasiões propícias para justificar certas atitudes menos positivas, podendo mesmo pôr em perigo a Constituição da República. Pede-se aos sentinelas, sentinelas somos todos nós, que estejam atentos. -----

Em 1945, passados dez anos o senhor Dr. Oliveira Salazar, procedeu à revisão da Constituição, transferindo para o governo a competência para legislar, mas agora sem ter de prestar contas à Assembleia Nacional. Foi o fim. -----

Ficou assim, praticamente todo o poder concentrado numa única pessoa, o Dr. O. Salazar. Poderíamos dizer que também existia o Presidente da República, mas também este ocupava esse lugar porque foi o Dr. O. Salazar, que correndo com o general Humberto Delgado, lho garantiu. Por isso lhe devia obediência. Pouco ou nada mandava. Assim a competência para legislar pertencia ao governo e quem mandava no governo era ele e como o presidente pouco ou nada mandava, Salazar era o todo-poderoso. Devemos aqui referir que só foi possível manter tantos anos esse governo porque tinha a

suportá-lo uma polícia política, como fazem todos os regimes ditatoriais. A pergunta pertinente é esta: como é que isto foi possível? A resposta vem a seguir. Como vemos foi com razão que Salazar foi apelidado de ditador. Embora o golpe inicial fosse executado por outros, como referimos. Esse símbolo morreu e com a sua morte foi-se apagando da mente das pessoas, sobretudo das camadas mais jovens, cuja face e perversidade do regime já não conheceram, a imagem do tudo posso, quero e mando e que por tal tudo e todos afrontava. É interessante lembrar para que os mais jovens saibam o que se passou que: as Perseguições políticas, as prisões, as torturas, a censura, as guerras coloniais, a emigração, o exílio, a miséria, etc. foram algumas das razões que ditaram a queda do regime. Ninguém se sentia à vontade em parte alguma, porque a polícia política e informadores eram quase omnipresença. Toda a gente tinha medo. Havia um descontentamento generalizado com tudo o que se passava, sobretudo com as guerras coloniais e com as perseguições políticas, mesmo aqueles que haviam sido e ainda eram o sustentáculo do regime, sentiam-se impotentes para descobrir as respostas adequadas às conjeturas do momento. Não era fácil. É que em ditadura os protestos e as revoltas são uma ameaça constante ao regime, mas estavam proibidas e a Assembleia Nacional sem a representatividade popular, quando muito transmitia uma visão unilateral. Desse modo o governo entrincheirado em S. Bento desconhecia por completo a opinião pública generalizada. Ninguém se manifestava publicamente, já que as manifestações eram proibidas. Nos regimes democráticos isso nunca acontece porque embora as manifestações se sucedam com regularidade as mesmas são mais ou menos pacíficas porque são toleradas e ao mesmo tempo exercem um papel importante no domínio da informação. ----- Quando Salazar foi chamado ao governo a primeira medida que tomou foi no sentido de conseguir a redução do deficit público, que sem dúvida era enorme, e revalorizar a moeda o que conseguiu. Naturalmente com o sacrifício do povo. Com a moeda em desvalorização vertiginosa, e uma dívida galopante, o poder de compra altamente degradado, com o comunismo a avançar na Rússia e países satélites, tais medidas tiveram um efeito muito positivo, que o povo gostou. Foram estas a par da estabilidade também conseguida, algumas das razões válidas para que o Dr. Oliveira Salazar, conseguisse de uma forma pacífica, dado o ambiente propício criado para, que apenas passados cinco anos, conseguisse a aprovação na Assembleia Nacional da Constituição de 1933, que alterou por completo o teor da Constituição democrática de 1911. Esta sim era uma constituição democrática. As liquidações da dívida

pública, a revalorização da moeda, a manutenção da ordem pública, foram medidas que agradaram a toda a gente, mesmo aos democratas Republicanos. Com o andar dos tempos, as coisas foram-se agravando e o povo que não tinha qualquer intervenção na vida pública, descontente com as guerras coloniais, que consumiam a juventude e para as quais não se via um desfecho que favorável, muita juventude ali perdeu a vida, as guerras coloniais metiam medo a toda a juventude; a emigração que era enorme e sobretudo as perseguições políticas foram as razões mais fortes que ditaram a revolta. É que a guerra consumia toda a riqueza que o país produzia e já nem as remessas dos emigrantes davam para equilibrar as finanças públicas e por isso não havia investimento que tocasse de perto as pessoas que na generalidade viviam numa autêntica pobreza, por isso emigraram. Águas, saneamentos, arruamentos, luz elétrica, estradas, telefone e todo o conjunto de infraestruturas aos mais diversos níveis, não passavam de uma miragem. Eram obra que não se pensava que fossem feitas nos nossos dias. Todos os proventos eram gastos nas guerras coloniais. Hoje estas obras são uma realidade que nos toca. A não ser a saúde e a educação, que por múltiplas razões, que todos aceitamos, que não é possível todos termos à porta, podemos dizer que se pode viver numa aldeia do mesmo modo que se vive na cidade, até com melhor qualidade de vida. Isto só foi possível por mérito do 25 de abril e de todas as políticas expansionistas consequentes que se seguiram. É Certo que hoje também estamos vivendo algumas dificuldades económico-financeiras e é nestas ocasiões que tem de haver sangue frio para não desesperar. É natural na sociedade haver altos e baixos, sobretudo na vivência globalizante que hoje vivemos a que as sociedades abertas não podem fugir e por isso estão sujeitas às interdependências sofrendo os seus efeitos. Mas pensemos que tudo é passageiro. Mesmo que demore algum tempo a recuperação dar-se-á. Hoje já possuímos as infraestruturas básicas, embora a austeridade ainda nos aflija muito. Podemos condenar as políticas do governo atual ou dos que o precederam, como havemos de condenar os futuros, porque nunca agradarão a todos. Foi a conjuntura internacional, que dada a nossa fragilidade, nos conduziu à situação atual. E nós vemos que as contestações são uma constante, mas é meu entendimento e firme convicção, que a Comunidade Europeia há-de encontrar as soluções adequada para as diversas situações. Mantenhamos a confiança. ----- Nós vemos que não estamos isolados nesta situação. Há países com dificuldades como o nosso e até em situação pior. É certo que isso não nos apraz e as políticas podem ser sempre diferentes e possivelmente também aqui deveriam ter sido, mas isto é o meu

ponto de vista. Há de haver sempre políticas que agradam a uns e desagradam a outros, mas quando assim acontece, ao fim do período governativo normal o povo pode mudar a política. Mas isto só é possível em democracia. Nos regimes ditatoriais apenas se poderá mudar por golpe de Estado. O voto livre e democrático foi a maior das conquistas de abril, e por isso todos devemos fazer um esforço para o preservar, usando-o cada um como entender, porque é a maior arma que o povo tem. Muitas coisas aqui poderíamos dizer, mas as está tudo à vista de todos, só não vê quem não quiser. Por toda a evolução de que o país beneficiou e apesar de nem tudo estar bem, é justo que celebremos o dia da liberdade porque o saldo é francamente positivo. Ser livre, significa respeitar, sem esquecer o direito à crítica construtiva, o poder instalado pelo voto livre e secreto. Ser livre, significa que ninguém é detentor da verdade absoluta. Os interesses de cada um de nós são diferentes. ----- Ser livre, significa respeitar a liberdade dos outros. Só podemos exigir respeito para nós se também respeitarmos os outros. ----- Ser livre, é ter o direito de viver com dignidade sem obediência forçada. Só se é verdadeiramente livre quando não se depende social e economicamente de ninguém. ----- Ser livre, é ter direito ao trabalho, à saúde, ensino, habitação condigna, à privacidade e aos benefícios sociais. ----- Ser livre, é podermos estar aqui reunidos num confronto aberto e sem sobressaltos a decidirmos o futuro do nosso concelho e região. -- Ser livre, é todos nós cumprirmos o nosso dever de verdadeiros e responsáveis cidadãos. Ser livre é sermos nós. Viva o 25 de abril, viva a democracia, viva o concelho de Mogadouro, viva Portugal”. --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Em representação do PSD, vai usar da palavra, o presidente do grupo parlamentar, José Maria Preto” -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “Foi com muita honra que aceitei o convite endereçado pelo partido que represento, o PSD, para discursar nesta cerimónia formal de comemoração do quadragésimo aniversário do 25 de abril. É com muito orgulho que me associo a esta comemoração dos quarenta anos de democracia em Portugal. Aqui vos trago o meu pensar e o meu sentir formatados pela minha sensibilidade e pela minha visão dos factos que conduziram ao 25 de abril de 74 e ao percurso feito pela nossa democracia ao longo destes 40 anos. Rejeito discursos de revisionismo histórico e de exacerbado apelo à construção e conservação da memória coletiva. Não se trata de uma postura niilista, antes porque ambos se apresentam como mensagens ideológicas demasiado comprometidas e que, como tal, subvertem a

essência e o sentido dos factos que enformam a história. Depois, porque a memória coletiva não precisará de ser conservada, pois ninguém conseguirá jamais apagar os verdadeiros factos da história. Há quarenta anos tivemos encontro marcado com a Dignidade e com a História e, pesem todas as vicissitudes, corolário natural de uma rutura, não recusemos hoje, mesmo perante os obstáculos e as dificuldades, a verdadeira dimensão do 25 de abril. Portugal cumpriu-se! (...) Nasceu a esperança. Acabou-se o medo e renasceu a Liberdade, foi o desejo e a imposição de todo um Povo, iniciativa material de alguns bons militares, militares diferentes dos que implantaram a ditadura. Por isso, nem sequer houve sangue, já que naquele dia não houve opositores ao movimento que implantou a democracia. Todo o Portugal queria, todo um povo festejou. ----- O fim do medo só parece compreensível a quem o conheceu daquele modo quotidiano, persistente, quase banal, como as ditaduras o sabem interiorizar nos cidadãos reduzidos a súbditos, perseguidos e torturados por simples delito de opinião. O 25 de abril foi o corolário de consciencialização e imposição democrática, profundamente impregnadas de motivações sociais, económicas e culturais, um momento libertador do homem português e do homem civilizado, cumprindo desígnios de justiça social, de progresso, de paz e de emancipação política dos cidadãos. Recordemos, há quarenta anos os portugueses queriam todos construir, num instante, o que durante meio século nos fora negado – a liberdade, a democracia e a dignidade Não havia tempo a perder e, no turbilhão das alegrias, nem tudo correu como seria desejável. Não obstante, o povo português deu ao Mundo uma lição de verdadeiro civismo e de respeito pelos valores democráticos. É bom recordar e relevar as profundas transformações positivas que o 25 de abril proporcionou ao dia-a-dia dos portugueses: a liberdade, a democracia que se enraizou nos hábitos quotidianos e garantiu os direitos fundamentais, a saúde, a educação e a cultura. É que, não bastava estar na Constituição o direito à saúde e à habitação e a garantia das liberdades civis e políticas, quando a maioria dos portugueses não desfrutava de condições de vida minimamente dignas e da mesma igualdade de oportunidades, enquanto cidadãos de um país livre. É imprescindível comemorar o 25 de abril, ele representou a rutura com a opressão e a obscuridade, foi a semente da aprendizagem, a certeza do fim da ignorância. Trata-se de um momento histórico que não pode nem ser esquecido nem esvaziado dos valores que transporta. A memória de um povo é a garantia de que ele é o sujeito da sua história, isto é, da sua liberdade e da sua independência, reassumidas de geração em geração, como uma herança viva e um projeto em ato. Comemorar,

lembrar em comum – é por isso um ato cívico e patriótico por excelência, pelo qual uma comunidade se reconhece nos seus valores essenciais, afirmando a sua personalidade histórica, de modo a pôr, como dizia Joaquim de Carvalho, “o seu estar mudável em consonância com o seu ser permanente”. Para os portugueses que não perderam essa memória fundadora, celebrar, ainda e sempre, o 25 de abril, é não só um reencontro do povo com a sua história mais recente, mas com as suas mais fundas raízes originárias, o mesmo é dizer com as suas grandes tradições democráticas, assim o afirmou o brilhante académico, meu professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dr. José Augusto Seabra. Após quarenta anos, o que gera profunda controvérsia na sociedade portuguesa não são os fundamentos da democracia, nem o 25 de abril que a simboliza: é uma prática política nem sempre digna nem dignificante que tem sido, de forma transversal, exercício de poder em obediência a estratégias pessoais, de grupos ou de partidos, não raro contrárias ao interesse nacional. São ainda e acima de tudo, as dificuldades económicas para as quais se não vê fim e que produzem distorções e injustiças sociais dia a dia mais acentuadas. Quando as desigualdades económicas acentuam o fosso social, quando se restringem direitos e se agrava a insegurança no trabalho, quando a maioria dos jovens se sente frustrada e continua a encontrar dificuldades para realizar as suas legítimas aspirações, quando o individualismo selvagem e a violência irrompem na sociedade, o 25 de abril continua a manter a sua atualidade de promessa não esgotada, de combate pelo caminho que queremos percorrer. Corre-se o risco de que o 25 de Abril se converta numa efeméride como outra qualquer, assinalada por discursos formais, sessões solenes e algumas manifestações políticas de sentido unívoco. Torna-se urgente inculcar nos jovens, futuros responsáveis pelos destinos deste país, os verdadeiros valores de abril e da democracia, sob pena de uma mais que provável subversão dos valores democráticos. Portugal cumpriu-se, mas há muito a fazer, para fazer. E o que de mais importante há a fazer é a valorização cultural e o desenvolvimento do espírito crítico, condições essenciais para a ética política e para a cidadania ativa e responsável. É este o caminho. É importante que as noites perdidas, os esforços despendidos, os entusiasmos gastos e os desgostos acumulados sejam referências, não de um tempo histórico passado mas do futuro que começou na madrugada de 25 de abril de 1974 e que vale a pena viver. Há que olhar para o futuro que conjuntamente teremos de construir pelo trabalho, pela dedicação às nossas funções e pelas obras que realizarmos. A palavra só pode ser de esperança, de vontade, de confiança. A nossa história oficial diz-nos que sempre

que quisemos, fomos capazes. Pois sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança. Viva o sonho, viva Abril, viva Portugal. **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Em representação da Câmara Municipal, vai usar da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães” -----

► **FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES** usou da palavra, cumprimentou todos os presentes e iniciou o seu discurso dizendo: “Comemora-se hoje o 40º aniversário do 25 de Abril, uma data que ficou e ficará para sempre conhecida como a revolução dos cravos. No entanto cada vez mais nos esquecemos do real significado desta revolução e como a mesma influenciou a nossa existência e convivência social. Se a preservação da memória coletiva em relação à nossa história é uma obrigação por parte dos intervenientes políticos deste regime democrático, também é verdade que cada vez mais desprezam essa memória. Esses mesmos intervenientes tentam sugerir-nos que a liberdade conquistada afinal não passa de um efémero registo e que deve vassalagem a outros interesses económicos, instrumentalizando a vida humana como uma mera ferramenta e de pouca importância quando comparada a expressões e/ou siglas como sendo o Sistema Monetário Mundial, Dívida Soberana, PIB, BCE, ou o próprio Euro. Deveremos hoje recordar entre outras, algumas das conquistas de Abril, como sendo:- Liberdade de expressão;- Poder local;- Direitos laborais;- Serviço nacional de saúde;- Direito à Justiça;- Inclusão social. Curiosamente, as mesmas conquistas que agora são questionadas, agredidas, subvertidas e eliminadas. Se a ditadura atormentou o povo português durante 50 anos, até que o mesmo povo disse chega, agora, após 40 anos de democracia, vemos essas mesmas conquistas nos serem retiradas. A destruição e degradação dessas conquistas completam aquilo que eu designo como um retrocesso da civilização democrática em que mais do que significar uma clara e visível penalização das nossas condições de vida, representam a destruição do sonho de que os nossos filhos afinal teriam melhores condições de vida do que aquelas que os nossos pais tiveram ou nos proporcionaram. E esse sonho não era nada que não fosse possível realizar. Apenas o anseio natural e legítimo de que o progresso tecnológico e social se encarregaria de nos proporcionar um futuro cada vez melhor. No atual cenário de crise de contração do estado social, de ameaça à coesão social, de crescente individualização das relações sociais, de desmembramento do tecido social, de alastramento da precariedade, da pobreza e do desemprego, de perda do sentido identitário, quer individual quer das

coletividades, compete aos cidadãos e aos seus movimentos e associações, designadamente ao sindicalismo e aos partidos políticos, velar pela defesa do contrato social e dar continuidade a alguns dos valores que ao longo dos últimos anos orientaram as lutas sociais em prol da democracia e da justiça social. O conceito do estado social é um dos pressupostos do estado de direito consagrado no nosso projeto constitucional, que visa a realização da democracia económica e social. É obrigação do Estado desenvolver políticas de promoção do bem-estar social, concretizadoras da igualdade real entre os cidadãos. Devido a esta obrigação, o Estado tem o dever de manter um sistema de saúde, um sistema de educação, um sistema de segurança social, com carácter universal disponível a todos os cidadãos. O 25 de Abril deu-nos a voz e o direito para dizer BASTA! Basta de políticas que não promovem o crescimento nem o desenvolvimento, e que continuam a fazer de Portugal um dos países mais pobres e menos desenvolvidos da Europa. Basta de domínio absoluto do poder económico que pode e manda no poder político. Não podem os governantes agora, vir a ter um papel crítico na adoção de medidas e políticas sociais que contrariam as mesmas conquistas de Abril. Assim como nenhum homem, eleito democraticamente por um povo, pode vir agora alegar que desconhecia a real situação das finanças públicas, vendendo uma falsa necessidade de sacrificar violentamente o seu próprio povo, para que os juros pagos às Instituições Financeiras Internacionais sejam liquidados em prazos e níveis inoportáveis. Nós, mogadourenses, filhos e netos de grandes combatentes na luta pela liberdade também não aceitamos ser tratados como danos colaterais. Não pode haver uma moeda de troca para tudo. Não se pode trocar a dignidade humana pelo cumprimento de limites macro-económicos definidos pelo Fundo Monetário Internacional ou pelo Banco Central Europeu. Se a vida humana não tem preço, então a dignidade social de um povo também não pode ter. Minhas Senhoras e Meus Senhores. É chegada a hora de os principais culpados da crise económica sejam julgados, serem condenados e serem inibidos de qualquer atividade política. É o mínimo que podemos exigir. Não é justo que paguemos pela mentira, pela incompetência, pelo benefício de cargos políticos e públicos, que nos reduzam salários, que nos retirem o acesso facilitado à saúde, à justiça, que tributem reformas, e os direitos desses políticos continuem intocáveis, que continuem a beneficiar de reformas chorudas, que continuem a usufruir de elevados salários em empresas públicas quando terminam o seu mandato político, que tenham acesso a regalias pagas através dos nossos impostos. Uma coisa é certa, os portugueses saberão, e isso é

património e herança da revolução de 25 de Abril de 1974, no exercício da liberdade de voto, recompensar ou punir os governos pela sua atuação, dar voz à democracia como dispositivo de controlo da incompetência e do erro. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Este é também um momento de homenagem. Homenagem a todos aqueles que no passado lutaram pelas conquistas de Abril e que infelizmente agora significam tão pouco para aqueles que nos governam. Finalmente dizer-vos que é a 1ª vez que tenho a honra de na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, discursar nas comemorações do 25 de Abril, no ano em que este completa o seu 40º aniversário, mas faço-o com a consciência tranquila de que as gerações vindouras deverão e poderão reclamar pelas verdadeiras razões da liberdade e da democracia. -----

Muito obrigado a todos. Viva a Democracia! Viva o 25 de Abril de 1974! Viva o concelho de Mogadouro! Viva Portugal!” -----

- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Em representação da Assembleia Municipal, vai usar da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ilídio Granjo Vaz. Em meu nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal, saúdo e agradeço a vossa presença. Bem hajam por terem vindo participar nesta singela mas significativa cerimónia de evocação dos 40 anos do 25 de Abril, dia da liberdade e da restauração da democracia em Portugal. Um especial reconhecimento e agradecimento, aos nossos bombeiros voluntários, nas pessoas do digníssimo presidente da Direção e Comando, à nossa jovem e encantadora banda de música ao grupo de teatro Aceitta, pela disponibilidade voluntária, nesta efeméride. Permitam-me que inicie esta minha curta intervenção, que encerrará esta sessão solene, agradecendo as inspiradoras intervenções, dos grupos parlamentares com assento na Assembleia Municipal e do mesmo modo, agradecer a presença e as palavras animadoras e muito relevantes que o senhor Presidente da câmara nos presenteou. Neste contexto e sem desmérito das lideranças cessantes, é para nós um ato de consciência cívica, aproveitar esta cerimónia pública para prestar homenagem aos que contribuíram para consolidar, enraizar e aperfeiçoar a vida democrática no nosso concelho. Como manifestação de agradecimento e apreço, permitam-me que peça a todos os presentes que em pé, façamos ecoar uma calorosa salva de palmas, aos primeiros eleitos locais pós 25 de Abril, respetivamente, Francisco António Silva, como primeiro presidente da assembleia municipal e António Abílio Costa, como primeiro presidente da Câmara Municipal de Mogadouro....Muito obrigado. Citarei agora um pensamento que considero ainda atual, do nosso saudoso presidente do partido Social Democrata, Francisco Sá

Carneiro. “Cabe-nos cada vez mais dinamizar as pessoas para viverem a sua liberdade própria, para executar o seu trabalho pessoal, para agirem concretamente na abolição das desigualdades. Mas para isso, mais importante que a doutrinação, é levar pessoas, a pensarem, a criticarem, a discernirem.”. Citação. Ora aqui reside, na minha ótica, o cerne da revolução democrática e, a razão que nos assiste, em honrar os nossos, compromissos com a revolução dos cravos, que um grupo de militares ao sabor da música de José Afonso, Grândola Vila Morena, se direcionou, rumo aos centros de decisão mais importantes e mais comprometidos com o estado novo. Modéstia à parte, 40 anos depois, não posso esconder o orgulho que hoje sinto, quando em 25 de abril de 1974, dei o meu contributo enquanto militar ao serviço das forças armadas, para a queda da ditadura, a conquista da liberdade e início da construção democrática do País. Sinto-me hoje satisfeito e algo emocionado por me aperceber que, decorridos todos estes anos, convivi e partilhei a revolução de Abril e, hoje convosco tenho o privilégio de presidir ao ato solene que marca a responsabilidade de todos quantos temos especiais responsabilidades na dignificação do poder local democrático, recordando todos os seus feitos, o que teve de bom, ou seja: A melhoria de vida dos portugueses, o crescimento económico, a competitividade, o emprego, a universalidade do ensino público, o serviço nacional de saúde e demais valores e conquistas, onde predominou, o direito à livre expressão e comunicação, ao associativismo, ao desenvolvimento económico e social, á cultura, etc. Etc. Se no passado soubemos criar melhores condições de vida aos portugueses, agora é recorrente ouvir, que se gastou o que tínhamos e não tínhamos, que a crise que estamos a atravessar se instalou para vários anos, que está a empobrecer-nos numa amplitude que nunca julgaríamos possível, fruto de muitos desvarios. Irresponsabilidades e alguma incompetência dos governantes sem leme. Como consequência, o comum dos cidadãos retrata atualmente a vivência da política e dos políticos, como oportunista, esbanjadora e clientelar do sistema democrático, desinteressando-se do debate público e até da participação cívica. A abstenção sobe de ato eleitoral, para ato eleitoral, os partidos já não conseguem mobilizar os militantes, quanto mais, os cidadãos, quando antes, foram fonte de respeito e de prestígio. É pois, fundamental repensar a importância desta temática. E é por tanto que em jeito de conclusão se reafirme, que a política não é só ganhar eleições, é também cumprir os programas eleitorais alicerçados em princípios de conduta ética e moral, respeito pelas instituições democráticas, pelos eleitos e eleitores, sem chantagens e hipocrisias. Revitalizar a vida

democrática requer a humildade, honestidade e acima de tudo, sentido de Estado. E não se compreenderá nunca, que os líderes dos partidos estejam hoje, mais interessados na obtenção de cargos, ou de lugares num presumível governo, ou lugares de charneira no parlamento, ou autarquias? Do que contribuirão para o avolumar da situação desastrosa das contas públicas, que urge inverter. No atual cenário de crise, onde já há lugar a euro-manifestações, contra o alastramento da austeridade, da pobreza e do desemprego, os políticos continuam a insistir na aparência, quando deviam elevar a auto estima dos portugueses, tendo em conta; que estão em emergência económica e financeira e sob alçada de credores internacionais; que no plano da consolidação orçamental subscrevemos um acordo de entendimento, com a Troika o qual nos obrigará ao cumprimento de um caderno de encargos, com reflexos na redução do défice; que o objetivo desse acordo visou, que Portugal, não entrasse em incumprimento, arrastando os portugueses para a iminência de banca rota; que é urgente e inevitável que os partidos da área da governação se entendam, definitivamente; que conjuguem com os nossos parceiros sociais, verdadeiramente empenhados no progresso económico e social, assunção de compromissos duradouros e sustentáveis, tendo como premissa a resolução da crise, a recuperação do emprego e estabilidade do sistema financeiro. Se fazemos parte de uma união europeia global, estamos obviamente mais desenvolvidos, somos um estado de direito democrático, onde impera o pluralismo e a diversidade de opinião, mas refutamos que a geração mais nova, também vítima da pior crise económica e social pós 25 de Abril, detentora de formação profissional adequada, emigre, á procura de trabalho para a Europa evoluída e a custo zero, só porque o seu país não lhe oferece condições para viver e trabalhar. Assusta-nos o número dos casais desempregados. Assusta-nos o abandono escolar no ensino superior, por falta de meios económicos e apoios sociais. Assusta-nos que 35% dos jovens deste país estejam sem trabalho. O encerramento das empresas é uma constante, as condições de isolamento e carência dos idosos, enfim, todo um drama de famílias inteiras, que sofrem e padecem o efeito tenaz da crise económica, também nos assusta e compadece. As dificuldades persistem, os tempos duros vão continuar adversos, contrair mais dívida é prolongar a crise e um sinal preocupante para a sociedade vindoura, porque tanto pode degenerar na falência do regime democrático, como também poderá conduzir-nos à convulsão social, que ninguém desejará. Uma certeza tem como adquirida, para o bem e para o mal, os culpados pelo passado, pelo presente e pelo futuro, somos todos nós. Tenhamos

então a coragem em nos unirmos, para em conjunto trilharmos o caminho do progresso, recuperar os valores de Abril, princípios e ideais. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal. -----
Cumpridas e concluídas as intervenções políticas previstas, encerramos esta sessão solene e em pé, ao som da nossa banda de música vamos cantar o Hino Nacional, agradecendo uma vez mais a vossa presença. -----
Recordo ainda que pelas quinze horas e trinta minutos, na Sala de Exposições da Casa da Cultura, poderemos visitar uma exposição, alusiva à efeméride “Liberdade que estais em mim”. -----
----- Finda a leitura da Ata, o Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta sessão seja aprovado, por unanimidade, dando a sessão por encerrada às treze horas, de que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária da Mesa, redigi e subscrevi: --

A Segunda Secretária,

(Maria Teresa Cordeiro Afonso)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 7.116 palavras, distribuídas por 17 páginas